Cliente: ABAC
Veículo: GAZETA MERCANTIL
Data: 05/02/09 — 05/02/09
Cidade: SÃO PAULO — SP
Coluna: GAZETA INVESTE — **Pág:** B-04
Marca: ABAC — 27

CRÉDITO

Dois aliados para a expansão dos consórcios

Crise de crédito e lei que inclui cotas de serviços podem alavancar vendas

MARIA LUÍZA FILGUEIRAS E AYR ALISKI
SÃO PAULO E BRASÍLIA

A partir de amanhã, será possível fazer um plano de consórcio para pagar cirurgias plásticas, aparelhos ortodônticos e cursos de pós-graduação no exterior. Até mesmo organizar uma festa de casamento a longo prazo, incluindo na carta de crédito o valor da festa e da orquestra responsável pela marcha nupcial.

Estas são algumas das possibilidades abertas pelo Banco Central, que editou ontem duas circulares regulamentando a operação do setor de consórcios, em substituição à legislação dos anos 1970 e respondendo à lei 11.795, sancionada em outubro de 2008. "As alterações trazem mais segurança tanto para os consorciados como para os administradores de consórcio", afirma Amaro Gomes, chefe do Departamento de Normas do Sistema Financeiro (Denor) do BC.

Além da liberação para lançamento de consórcios de serviços, já que o mercado era restrito a bens móveis e imóveis, agora fica definido que os interesses do grupo prevalecem sobre os interesses de um consorciado e é obrigatória a separação de recursos e de patrimônio da administradora e dos grupos. Na avaliação do mercado, as alterações beneficiam administradora e consorciado.

"Fortalece as empresas, que ficam mais transparentes e são obrigadas a passar informações periódicas ao BC demonstrando sua saúde financeira, e a atração de clientes, já que num passado não muito remoto a quebra de administradoras geraram instabilidade e certa desconfiança de consumidores", diz Sérgio Augusto Kurovski, gerente-executivo de consórcios do Banco do Brasil.

A instituição, que tem hoje 120 mil mutuários de consórcios, avalia o lançamento de novos produtos, aproveitando a abertura da gama de serviços. "Um deles que chama nossa atenção é o consórcio para estudo dos filhos, já que o sistema pressupõe uma aquisição programada e garantir a educação é prioridade nas famílias. É uma oportunidade", diz.

As novas regras, com definição de responsabilidades, devem reduzir o volume de ações judiciais, inclusive para devolução de recursos. O consorciado que suspende pagamento e pede restituição poderá participar dos sorteios de contemplação, e obter o retorno do que já foi pago. "O consorciado tinha que esperar até o final do grupo para receber o saldo credor, que ia sendo corroído pelas taxas mensais de administração. Agora ele participa naturalmente do sorteio mensal", explica Antonio Mizael, gerente regional da Embracon.

Mizael destaca duas janelas abertas com as novas regras que devem promover principalmente os consórcios de imóveis. A primeira é o uso de carta de crédito para quitar um financiamento — assim o mutuário pode obter o bem de imediato, sem esperar contemplação, e troca o pagamento em seguida para se livrar de juros altos.

"Além disso, a administradora pode criar o consórcio de bem específico. Pode ter parceria com uma incorporadora e um grupo de consorciados para a construção de um edifício, em que vai repassando à incorporadora os valores arrecadados para dar andamento à construção", exemplifica. O objetivo do consórcio fica sendo aquele imóvel vinculado, opção que pode atrair empresas do mercado imobiliário justamente no momento em que a garantia de venda é trunfo de sobrevivência.

Momento de oportunidade

O BC admite que aprimorar os consórcios é um mecanismo importante para fortalecer a poupança doméstica, mas afirma que a medida não tem relação com a crise econômica. Entretanto, a lei e o aperto na concessão de crédito podem ser aliados das administradoras de consórcios este ano.

"Estamos vivendo um momento bipolar, com a euforia das novas regras e a depressão do mercado ao mesmo tempo. Não podemos ignorar o contexto econômico, já que o público do consórcio é assalariado, vinculado ao sistema produtivo, mas a lei abre perspectivas como serviços e quitação de contratos", define Rodolfo Montosa, presidente da Associação Brasileira das Administradoras de Consórcios (Abac). Prevalece o otimismo: Montosa estima um crescimento entre 6% e 8% este ano em vendas, atingindo 2 milhões de contratos. A expansão seria superior à do ano passado, quando o mercado de consórcios avançou 5,4%.

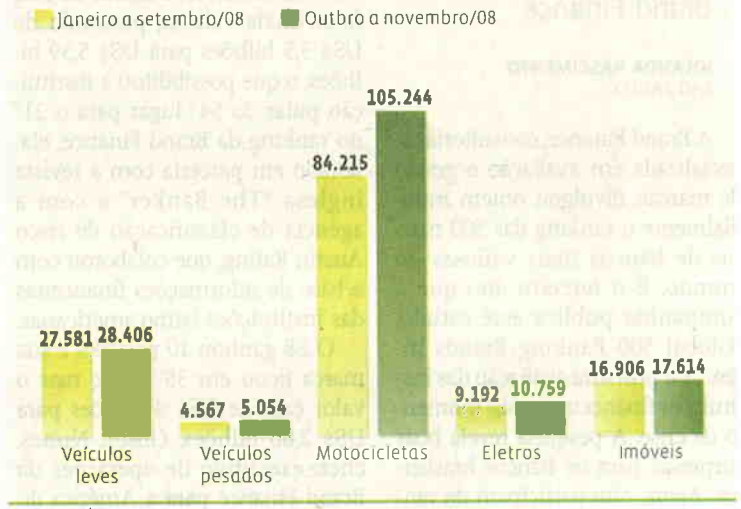
A estimativa é reforçada pelos números registrados após o mês de setembro de 2008, considerado o início da crise financeira (acirramento externo e efeitos domésticos). A média mensal de vendas de consórcios de veículos pesados e motocicletas, por exemplo, subiu 10,7% e 25%, respectivamente, nos meses de outubro a dezembro. "Aumentou a dificuldade de acessar crédito e também a consciência de poupar primeiro para depois adquirir, já que a premissa anterior do consumidor era sobre endividamento", avalia Montosa.

A Porto Seguro, que fará um levantamento com os consumidores para definir onde há oportunidade de novos negócios e fazer lançamentos já neste ano, também considera este cenário. "Temos uma boa projeção para o ano, mesmo dentro do cenário de crise, já que o consórcio deve se tornar ainda mais atrativo em virtude do encarecimento dos financiamentos", afirma Fábio Braga, gerente de consórcios da Porto Seguro. "Também com a lei, sem dúvida vamos angariar novos clientes, que não viam o consórcio como opção programada de segurança."

Por ser de capital aberto, a companhia não revela a projeção de crescimento para 2009. No ano passado, registrou um incremento financeiro de 35% — vendeu R$ 1,2 bilhão em crédito, contra R$ 900 milhões em 2007 — e elevou em cerca de 12% o número de clientes ativos, hoje em 50 mil.

Também de olho no novo filão, a Rodobens Consórcios não deve estrear em produtos como pacotes de viagem e cirurgia plástica, mas sim em serviços que agreguem valor à carteira atual. "Vamos avaliar os produtos, mas sempre ligado ao nosso core business, que são veículos e imóveis", afirma Sebastião Cirelli, diretor executivo da empresa, que estima crescimento de vendas entre 10% e 15% este ano. Serviços como funilaria para carros e troca de estrutura elétrica no imóvel são cogitados pelas administradoras.

BUSCA POR COTAS COM APERTO DE CRÉDITO
Média mensal de venda antes da crise e após o início



Fonte Abac

Origem foi na falta de crédito para automóveis

O mercado brasileiro soma hoje 3,63 milhões de consorciados ativos, número que deve aumentar com a maior regulação da atividade e segurança para o consumidor. Mesmo o aperto do crédito deve alavancar os negócios, remetendo justamente ao início da atividade no País.

Segundo a Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (Abac), o modelo de aquisição de bens teve início no Brasil no começo da década de 1960, com a instalação da indústria automobilística. Com a falta de oferta de crédito direto ao consumidor, funcionários do Banco do Brasil formaram um grupo com o objetivo de constituir um fundo, cujo montante seria suficiente para aquisição de automóveis para todos os participantes.

O negócio começou a ser replicado no mercado de automóveis. A montadora Willys Overland detinha, em 1967, uma carteira de 55 mil consorciados, forma de assegurar o escoamento da produção. Dali, o setor começou a estudar o lançamento de grupos referenciados em motocicletas, caminhões e eletroeletrônicos.

Já na década de 1990, existiam grupos para consórcios de passagens aéreas, mas justamente a insegurança jurídica no financiamento de serviços levou à interrupção da atividade.

M.L.F. e A.A.